

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
BALANÇO PATRIMONIAL
30 de setembro de 2016**

RS 1,00

	30/09/2016	31/12/2015
ATIVO	<u>1.243.031.390,39</u>	<u>1.121.465.680,15</u>
ATIVO CIRCULANTE	<u>948.620.727,91</u>	<u>817.131.872,68</u>
Caixa e Equivalente de Caixa (04)	<u>864.300.172,76</u>	<u>751.946.719,29</u>
Aplicações Financeiras (4.1.2)	851.055.537,26	743.810.172,81
Recursos Liberados Pelo Tesouro Nacional (4.2)	13.244.635,50	8.136.546,48
Créditos a Curto Prazo	<u>37.204.393,27</u>	<u>32.631.316,97</u>
Clientes – Duplicatas a Receber (05)	38.023.775,99	33.446.576,64
Empréstimos e Financiamentos Concedidos (09)	8.045,52	12.168,57
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa (3.2)	(827.428,24)	(827.428,24)
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	<u>42.041.130,16</u>	<u>27.160.118,62</u>
Adiantamentos Concedidos	<u>17.406.213,23</u>	<u>8.018.046,01</u>
A Pessoal (6.1)	8.566.195,17	712.403,19
Para Suprimento de Fundos (6.2)	104.887,10	-
Transferências Voluntárias (6.3)	6.543.497,56	6.969.119,56
A Fornecedores (6.4)	2.191.633,40	336.523,26
Tributos a Recuperar/Compensar (3.7)	24.348.671,62	18.766.005,96
Outros Créditos a Receber (07)	286.245,31	376.066,65
Estoque – Almoarifado (3.3)	4.799.415,22	5.207.375,57
Despesas Antecipadas (08)	275.616,50	186.342,23
ATIVO NÃO CIRCULANTE	<u>294.410.662,48</u>	<u>304.333.807,47</u>
Realizável a Longo Prazo	<u>33.676.772,72</u>	<u>30.794.853,59</u>
Empréstimos e Financiamentos (10.1)	1.281.093,73	1.135.139,03
Depósitos Para Interposição de Recursos (10.2)	13.024.691,17	11.977.192,66
Créditos em Liquidação (10.3)	19.152.857,51	17.454.978,62
Créditos Diversos a Receber a Longo Prazo (10.4)	218.130,31	227.543,28
Investimentos	<u>57.261,10</u>	<u>57.261,10</u>
Participações Societárias (3.4)	57.261,10	57.261,10
Imobilizado (3.5)	<u>127.503.452,42</u>	<u>146.234.950,95</u>
Bens Móveis	<u>107.797.441,29</u>	<u>125.950.856,23</u>
Bens Móveis	335.578.460,23	333.215.859,00
Depreciações	(227.781.018,94)	(207.265.002,77)
Bens Imóveis	<u>19.706.011,13</u>	<u>20.284.094,72</u>
Bens Imóveis	34.530.985,23	34.530.985,23
Depreciações	(14.824.974,10)	(14.246.890,51)
Intangível (3.6)	<u>133.173.176,24</u>	<u>127.246.741,83</u>
Softwares	<u>4.308.794,80</u>	<u>5.552.153,56</u>
Softwares	15.415.665,76	15.415.665,76
Amortizações	(11.106.870,96)	(9.863.512,20)
Marcas, Direitos e Patentes	<u>128.864.381,44</u>	<u>121.694.588,27</u>
Marcas, Direitos e Patentes	192.878,68	172.384,68
Concessão de Direito de Uso	136.983.484,46	128.802.666,22
Amortizações	(8.311.981,70)	(7.280.462,63)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
BALANÇO PATRIMONIAL
30 de setembro de 2016

R\$ 1,00

	30/09/2016	31/12/2015
PASSIVO	<u>1.243.031.390,39</u>	<u>1.121.465.680,15</u>
PASSIVO CIRCULANTE	<u>165.904.622,52</u>	<u>743.536.291,70</u>
Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar (11)	6.697.321,16	5.578.722,87
Salários, Remunerações e Benefícios (11.1)	130.623,19	297.141,16
Encargos Sociais a Recolher (11.2)	6.566.697,97	5.281.581,71
Fornecedores e Contas a Pagar (12)	<u>38.347.501,42</u>	<u>54.132.026,28</u>
Fornecedores	31.347.501,42	46.801.482,55
Outras Contas a Pagar	7.000.000,00	7.330.543,73
Obrigações Tributárias (13)	685.000,96	138.631,94
Provisões a Curto Prazo (14)	87.083.514,73	56.114.308,34
Demais Obrigações a Curto Prazo	<u>33.091.284,25</u>	<u>627.572.602,27</u>
Dividendos (15)	22.476.375,42	20.352.571,24
Consignações (16)	<u>7.473.632,01</u>	<u>7.798.096,56</u>
Previdência Social	1.217.618,99	1.223.159,96
Tributos do Tesouro Nacional	5.061.557,38	6.109.383,91
Tributos Estaduais e Municipais	197.647,01	149.583,37
Plano de Previdência Privada	652.747,35	4.367,41
Outros Consignatários	344.061,28	311.601,91
Depósitos Não Judiciais	<u>2.699.973,80</u>	<u>2.537.625,17</u>
Créditos de Veículos de Comunicação e Outros (17)	2.699.973,80	2.537.625,17
Outras Obrigações a Curto Prazo (18)	441.303,02	655.855,45
Repasse Recebido Diferido (19)	-	596.228.453,85
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	<u>1.212.933,02</u>	<u>1.212.933,02</u>
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital (21)	1.212.933,02	1.212.933,02
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>1.075.913.834,85</u>	<u>376.716.455,43</u>
Capital Realizado	<u>300.000.000,00</u>	<u>300.000.000,00</u>
Capital Social Subscrito (23.1)	300.000.000,00	300.000.000,00
Reservas de Lucros	<u>76.716.455,43</u>	<u>76.716.455,43</u>
Reserva Legal (23.3.1)	18.295.943,27	18.295.943,27
Reserva de Retenção de Lucros (23.3.4)	13.651.100,69	13.651.100,69
Reserva de Incentivos Fiscais (23.3.2)	44.769.411,47	44.769.411,47
Resultado Acumulado no Terceiro Trimestre/2016 (23.2 e 23.3)	699.197.379,42	-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
30 de setembro de 2016

	30/09/2016	30/09/2015
	RS 1,00	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA ⁽²⁷⁾	71.721.734,17	61.744.200,53
Serviços de Comunicação	56.022.074,86	43.406.137,66
Serviços de Agenciamento de Publicidade Legal	15.699.659,31	18.338.062,87
DEDUÇÕES DA RECEITA	(9.858.672,68)	(8.542.474,42)
Cancelamentos de Receitas ⁽²⁸⁾	(483.744,62)	(857.734,82)
Abatimentos Incondicionais	(1.340.483,42)	(1.082.193,76)
Tributos Sobre Receitas de Serviços ⁽²⁴⁾	<u>(8.034.444,64)</u>	<u>(6.602.545,84)</u>
COFINS ⁽²⁴⁾	(5.882.334,28)	(4.589.641,57)
PASEP ⁽²⁴⁾	(1.121.661,55)	(883.966,29)
ISS	(1.030.448,81)	(1.128.937,98)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	61.863.061,49	53.201.726,11
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS ⁽³²⁾	(188.396.110,28)	(164.873.913,00)
RESULTADO BRUTO	(126.533.048,79)	(111.672.186,89)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	<u>747.708.171,11</u>	<u>653.652.965,97</u>
Despesas Gerais e Administrativas	<u>(268.731.040,73)</u>	<u>(252.834.841,13)</u>
Pessoal ^(26.1)	<u>(219.934.201,94)</u>	<u>(185.148.749,54)</u>
Salários e Vencimentos	(135.761.872,73)	(112.229.050,63)
Indenizações Trabalhistas	(12.349.559,79)	(10.130.951,46)
Benefícios Sociais	(31.875.772,29)	(24.758.369,99)
Encargos Sociais	(37.625.408,65)	(35.419.517,98)
Previdência Complementar ⁽²⁰⁾	(2.321.588,48)	(2.610.859,48)
Diárias	(388.408,60)	(617.946,95)
Remuneração de Conselheiros	(507.704,95)	(340.337,17)
Consumo de Materiais ^(26.3)	(276.816,76)	(732.085,52)
Serviços de Terceiros ^(26.2)	<u>(31.834.701,16)</u>	<u>(47.329.924,83)</u>
Públicos	(5.282.817,66)	(9.535.675,40)
Transportes	(4.171.371,81)	(2.326.479,26)
Técnicos	(2.401.665,05)	(16.685.604,24)
Seguros	-	(167.016,56)
Conservação e Manutenção	(9.435.399,31)	(7.699.319,01)
Locação de Bens	(8.325.767,92)	(8.649.327,73)
Gerais	(2.217.679,41)	(2.266.502,63)
Impostos e Taxas	(459.173,10)	(1.653.069,94)
Depreciações e Amortizações	(15.330.034,22)	(17.012.727,18)
Transferências do Tesouro Nacional ⁽²²⁾	<u>1.014.211.325,29</u>	<u>905.135.106,68</u>
Subvenções Econômicas	272.574.922,52	276.100.250,15
Contribuição Para Fomento da Radiodifusão Pública	741.636.402,77	629.034.856,53
Outras Receitas Operacionais ⁽²⁹⁾	2.227.886,55	1.352.700,42
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	621.175.122,32	541.980.779,08
Resultado Financeiro ⁽⁰⁴⁾	<u>78.220.228,84</u>	<u>61.030.562,91</u>
Receitas Financeiras	81.022.755,15	62.670.659,08
(-) Despesas Financeiras	(2.802.526,31)	(1.640.096,17)
OUTRAS RECEITAS	-	7.864.108,66
Incorporação de Bens ⁽²⁵⁾	-	7.864.103,10
Receitas Diversas	-	-
OUTRAS DESPESAS	<u>(197.971,74)</u>	<u>(113.703,81)</u>
Multas ⁽³⁰⁾	(197.971,74)	(107.604,08)
Despesas Diversas	-	(6.099,73)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	699.197.379,42	610.761.746,84
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO ^(23.2)	699.197.379,42	610.761.746,84

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
30 de setembro de 2016

R\$ 1,00

EVENTOS	CAPITAL SUBSCRITO/ REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS P/INVEST.	RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS	LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDOS EM 31.12.2014	200.000.000,00	18.295.943,27	53.933.759,11	144.769.411,47	-	416.999.113,85
Resultado do Período	-	-	-	-	610.761.746,84	610.761.746,84
Aumento de Capital	100.000.000,00	-	-	(100.000.000,00)	-	-
Constituição de Reservas	-	1.755.594,52	-	16.517.069,17	(18.272.663,69)	-
Ajustes de Exerc. Anteriores	-	-	-	-	(3.941.127,02)	(3.941.127,02)
SALDOS EM 30.09.2015	300.000.000,00	20.051.537,79	53.933.759,11	61.286.480,64	588.547.956,13	1.023.819.733,67
EVENTOS	CAPITAL SUBSCRITO/ REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS P/INVEST.	RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS	LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDOS EM 31.12.2015	300.000.000,00	18.295.943,27	13.651.100,69	44.769.411,47	-	376.716.455,43
Resultado do Período	-	-	-	-	699.197.379,42	699.197.379,42
SALDOS EM 30.09.2016	300.000.000,00	18.295.943,27	13.651.100,69	44.769.411,47	699.197.379,42	1.075.913.834,85

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
30 de setembro de 2016

R\$ 1,00

	30/09/2016	30/09/2015
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Período (23.2)	699.197.379,42	610.761.746,84
Ajustado por:		
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(3.941.127,02)
Depreciações/Amortizações	23.369.324,99	26.374.899,51
Transferências do Tesouro Nacional (22)	(1.014.211.325,29)	(905.135.106,68)
Provisões	30.978.592,62	17.737.713,43
Juros Incorridos Não Pagos/Recebidos	285.170,36	(1.537.589,26)
Prejuízo/(Lucro) na Venda e/ou Baixa de Bens Permanente	347,40	138.877,15
(Aumento)/Redução de Créditos em Circulação	(19.454.087,84)	(26.956.942,82)
Fornecimentos a Receber	(4.577.199,35)	(10.425.369,52)
Créditos Tributários a Compensar e a Recuperar	(5.582.665,66)	(15.229.024,86)
Créditos Diversos a Receber	93.379,65	4.815.897,77
Devedores – Entidades e Agentes	(3.920,71)	(4.081,52)
Empréstimos e Financiamentos	4.123,05	5.378,95
Adiantamentos Concedidos	(9.387.804,82)	(6.119.743,64)
(Aumento)/Redução nos Estoques de Materiais de Consumo	407.960,35	(369.021,84)
(Aumento)/Redução de Valores Pendentes a Curto Prazo – Ativo	(89.274,27)	(121.856,51)
(Aumento)/Redução de Ativos Realizáveis a Longo Prazo	(1.043.285,31)	(1.289.183,41)
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	(1.047.498,51)	(1.287.815,36)
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	4.213,20	(1.368,05)
Aumento/(Redução) de Depósitos	(162.115,92)	1.522.262,55
Consignações	(324.464,55)	1.772.761,23
Depósitos de Diversas Origens	162.348,63	(250.498,68)
Aumento/(Redução) de Obrigações em Circulação	(14.343.496,21)	(2.923.752,27)
Fornecedores	(15.784.524,86)	(1.990.647,46)
Pessoal a Pagar	(166.517,97)	(971.850,73)
Encargos Sociais a Recolher	1.275.730,03	(212.297,88)
Obrigações Tributárias	546.369,02	855.934,73
Recursos Especiais a Liberar	-	(838.227,72)
Valores em Trânsito Exigíveis	95.136,02	97.011,49
Outras Obrigações	(309.688,45)	136.325,30
Aumento/(Redução) de Valores Pendentes a Curto Prazo – Passivo	(596.228.453,85)	(396.818.413,84)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(891.293.263,55)	(682.557.494,17)
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(Aquisições) de Ativos Permanentes	(10.564.608,27)	(18.098.287,87)
(Incorporações) de Ativos Permanentes	-	(7.864.103,10)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(10.564.608,27)	(25.962.390,97)
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Transferências do Tesouro Nacional (22)	1.014.211.325,29	905.135.106,68
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.014.211.325,29	905.135.106,68
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	112.353.453,47	196.615.221,54
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	112.353.453,47	196.615.221,54
No Início do Período	751.946.719,29	575.076.497,94
No Final do Período	864.300.172,76	771.691.719,48

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
30 de setembro de 2016

RS 1,00

	30/09/2016	%	30/09/2015	%
1 – RECEITAS	<u>64.090.406,94</u>	<u>6,88</u>	<u>62.378.490,94</u>	<u>7,72</u>
(1.1) Venda de Serviços	71.721.734,17	7,70	61.744.200,53	7,64
(1.2) Deduções da Receita Bruta	(9.858.672,68)	(1,06)	(8.542.474,42)	(1,06)
(1.3) Outras Receitas	2.227.345,45	0,24	9.176.764,83	1,14
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	<u>212.379.832,02</u>	<u>23,80</u>	<u>205.012.146,65</u>	<u>25,37</u>
(2.1) Custos dos Serviços Vendidos	188.396.110,28	20,22	164.873.913,00	20,40
(2.2) Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	23.983.721,74	2,58	40.138.233,65	4,97
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	<u>(148.289.883,98)</u>	<u>(15,92)</u>	<u>(142.633.655,71)</u>	<u>(17,65)</u>
4 – RETENÇÕES	<u>15.330.034,22</u>	<u>1,64</u>	<u>17.012.727,18</u>	<u>2,10</u>
(4.1) Depreciação, Amortização e Exaustão	15.330.034,22	1,64	17.012.727,18	2,10
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	<u>(163.618.918,20)</u>	<u>(17,56)</u>	<u>(159.646.382,89)</u>	<u>(19,75)</u>
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	<u>1.095.234.080,44</u>	<u>117,56</u>	<u>967.839.710,28</u>	<u>119,75</u>
(6.1) Receitas Financeiras	81.022.755,15	8,69	62.704.603,60	7,76
(6.2) Subvenções do Tesouro Nacional	1.014.211.325,29	108,87	905.135.106,68	111,99
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	<u>931.615.162,24</u>	<u>100,00</u>	<u>808.193.327,39</u>	<u>100,00</u>
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>931.615.162,24</u>	<u>100,00</u>	<u>808.193.327,39</u>	<u>100,00</u>
(8.1) Pessoal e Encargos	192.003.962,90	20,61	145.003.719,36	17,94
(8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	32.088.052,00	3,45	42.138.437,29	5,22
(8.3) Juros e Aluguéis	8.325.767,92	0,89	10.289.423,90	1,27
(8.4) Resultado Líquido do Período	<u>699.197.379,42</u>	<u>75,05</u>	<u>610.761.746,84</u>	<u>75,57</u>
(8.4.1) Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	16.517.069,17	2,04
(8.4.2) Reserva Legal	-	-	1.755.594,52	0,22
(8.4.3) Resultado Acumulado no Período	699.197.379,42	75,05	592.489.083,15	73,31

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 01 – Contexto Operacional

A Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC é uma empresa pública instituída pela Medida Provisória nº 398, de 10/10/2007, convertida na Lei nº 11.652, de 07/04/2008, vinculada à Casa Civil da Presidência da República, por força do Art. 7º, inciso VIII, da Medida Provisória nº 726, de 12/05/2016, e organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, representado por ações ordinárias nominativas, das quais pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) devem ser de titularidade da União.

NOTA 02 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

A EBC tem sua Contabilidade incorporada ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, de forma total, de onde são extraídos os Relatórios exigidos pela Lei nº 4.320/64, bem como o Balanço Patrimonial na forma da Lei nº 6.404/76 e alterações emanadas das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09.

As demonstrações foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e, com observância à legislação societária.

Em cumprimento ao que determina o item 9.4 do Acórdão TCU nº 2016, de 06/11/2006, alterado pelo Acórdão TCU nº 23, de 25/01/2008, deve-se esclarecer que não há divergência entre os valores do Balanço Patrimonial levantado sob os regimes das contabilidades pública e societária.

NOTA 03 – Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Empresa são resumidas a seguir:

3.1 – Apuração de Resultados

A apuração é feita de acordo com o regime contábil de competência, destacando-se os seguintes procedimentos:

- ❖ Os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre os ativos e passivos, de curto e longo prazo, são apropriados “pro-rata die”, e, quando for o caso, com base na cotação da moeda estrangeira, na data de encerramento do exercício.
- ❖ As provisões sobre férias e 13º salário, bem como os encargos, são reconhecidas por competência mensal, segundo o período de aquisição.

3.2 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para perdas prováveis na realização de valores a receber, originários da venda de produtos, foi constituída sobre créditos vencidos até 31 de dezembro de 2014, fundamentando-se na análise individual de cada cliente e no êxito das cobranças realizadas.

3.3 – Estoques

O estoque é constituído pelo almoxarifado de materiais de consumo, valorizados ao custo médio de aquisição, tendo em vista a ausência de efeitos relevantes sobre os seus itens.

3.4 – Investimentos

Os investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição ou de integralização e são referentes a valores investidos no FINOR e FINAM.

3.5 – Imobilizado

Está demonstrado pelo valor de incorporação dos bens recebidos da União e pelo custo de aquisição e/ou construção para os bens adquiridos após a constituição da Empresa, diminuídos da depreciação acumulada, cujo cálculo foi realizado pelo método linear. É composto como segue:

Em R\$ 1,00

RUBRICA	TX DEP %	3º TRIM /2016			3º TRIM/2015			
		CUSTO	DEPRECIACÃO	LÍQUIDO	CUSTO	TRANSF.	DEPRECIACÃO	LÍQUIDO
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10	11.574.562,30	(6.928.394,26)	4.646.168,04	11.011.252,67	-	(5.801.563,64)	5.209.689,03
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	20	34.844.266,98	(32.481.435,16)	2.362.831,82	34.909.438,27	-	(31.678.889,80)	3.230.548,47
VEÍCULOS	20	10.716.696,53	(10.360.806,19)	355.890,34	10.591.276,03	125.420,50	(9.819.057,36)	897.639,17
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	10	270.500.275,72	(177.933.464,15)	92.566.811,57	275.669.988,70	(7.854.679,25)	(153.952.960,95)	113.862.348,50
OUTROS	10	7.942.658,70	(76.919,18)	7.865.739,52	213.399,95	7.729.258,75	(151.261,16)	7.791.397,54
TERRENOS	0	14.689.183,80	-	14.689.183,80	14.689.183,80	-	-	14.689.183,80
EDIFICAÇÕES	4	12.084.392,32	(8.425.824,85)	3.658.567,47	12.092.182,32	-	(8.075.318,47)	4.016.863,85
INSTALAÇÕES	10	3.182.872,16	(2.952.093,72)	230.778,44	3.182.872,16	-	(2.911.289,50)	271.582,66
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	10	4.574.536,95	(3.447.055,53)	1.127.481,42	4.574.536,95	-	(3.067.588,01)	1.506.948,94
TOTAL		370.109.445,46	(242.605.993,04)	127.503.452,42	366.934.130,85	-	(215.457.928,89)	151.476.201,96

A movimentação do imobilizado para o 3º trimestre de 2016 e de 2015 é a seguinte:

Em R\$ 1,00

	3º TRIM /2016	3º TRIM/2015
Saldo Inicial Líquido	146.234.950,95	165.466.895,23
Adições:		
Aquisições	2.363.296,03	9.654.968,24
Baixas Líquidas	(347,40)	(40.044,25)
(-) Depreciações/Amortizações	(21.094.447,16)	(23.605.617,26)
Saldo Final Líquido	127.503.452,42	151.476.201,96

3.6 – Intangível

Refere-se aos registros de marcas da Empresa, softwares, domínios e direitos de uso, principalmente no que pertine ao uso de nomes de programas de rádio e televisão, e produções sonoras e audiovisuais. É composto como segue:

Em R\$ 1,00

RUBRICA	TX AMORT %	3º TRIM /2016			3º TRIM /2015		
		CUSTO	AMORTIZAÇÃO	LÍQUIDO	CUSTO	AMORTIZAÇÃO	LÍQUIDO
SOFTWARES	20	15.415.665,76	(11.106.870,96)	4.308.794,80	15.394.412,02	(9.436.068,81)	5.958.343,21
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUST	10	192.878,68	(93.786,33)	99.092,35	169.624,68	(78.665,75)	90.958,93
CONCESSAO DIR. USO DE COMUNICACAO	*	136.983.484,46	(8.218.195,37)	128.765.289,09	125.737.037,41	(6.893.875,45)	118.843.161,96

TOTAL	152.592.028,90	(19.418.852,66)	133.173.176,24	141.301.074,11	(16.408.610,01)	124.892.464,10
-------	----------------	-----------------	----------------	----------------	-----------------	----------------

*Taxa estabelecida em função do tempo contratual.

A movimentação do intangível para o 3º trimestre de 2016 e de 2015 é a seguinte:

	Em R\$ 1,00	
	3º TRIM /2016	3º TRIM/2015
Saldo Inicial Líquido	127.246.741,83	109.954.651,66
Adições:		
Aquisições	8.201.312,24	17.707.094,69
(-) Amortizações	(2.274.877,83)	(2.769.282,25)
Saldo Final Líquido	133.173.176,24	124.892.464,10

3.7 – Tributos a Recuperar/Compensar

Os créditos tributários originaram-se principalmente das antecipações por estimativa de IRPJ e CSLL, reguladas pelos artigos 222 a 230 do Decreto nº 3.000/99, além das retenções incidentes sobre os valores recebidos pela venda de serviços a órgãos da Administração Pública Federal, disciplinadas pela Instrução Normativa nº 1.234, de 2012, da Receita Federal do Brasil. Esses créditos foram utilizados para compensar tributos apurados até o 3º trimestre de 2016.

NOTA 04 – Caixa e Equivalente de Caixa

4.1 – O valor de R\$ 864.300.172,76 compõe-se das aplicações financeiras e da disponibilidade do limite de saque com vinculação de pagamento, do seguinte modo:

4.1.2 – Aplicações Financeiras - as aplicações financeiras, R\$ 851.055.537,26, compõem-se dos seguintes valores:

4.1.2.1 – O valor de R\$ 807.710.854,70 refere-se à aplicação financeira na Conta Única do Tesouro Nacional, disciplinada pelo Art. 5º-A da Medida Provisória nº 2.170-36/2001, alterado pelo Art. 12, da Lei nº 12.833, de 2013, que autoriza “as empresas públicas, exceto as instituições financeiras, a aplicar os seus recursos financeiros na Conta Única do Tesouro Nacional.” Esses recursos são originários da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, somente para fins de aplicação financeira uma vez que não se incluem no Orçamento autorizado para a EBC, exercício de 2016. Os rendimentos são apropriados pela empresa no respectivo período de competência, pois são estimados na Lei Orçamentária Anual – LOA, em cada exercício financeiro.

4.1.2.2 – O valor de R\$ 43.344.682,56 procede de aplicações financeiras em fundos de investimento extramercado administrados pelo Banco do Brasil S.A., na forma do que dispõem o Decreto-Lei nº 1290, de 1973, e a Resolução nº 3284, de 2005, do Conselho Monetário Nacional. O aumento/redução dessa rubrica vincula-se ao

recebimento de receitas próprias e à necessidade de recursos para o pagamento de obrigações contratuais.

4.2 – Recursos Liberados pelo Tesouro Nacional – R\$ 13.244.635,50 referem-se ao recebimento de recursos financeiros vinculados ao limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, que se destinam ao pagamento de despesas com pessoal, fornecimento de bens/serviços, investimentos, entre outras. A variação no valor do saldo desta rubrica prende-se ao montante de recursos repassados pela Setorial de Programação Financeira e à necessidade de pagamentos lastreados na Fonte Tesouro.

NOTA 05 – Clientes – Faturas/Duplicatas a Receber

Representa os créditos da EBC junto aos clientes dos serviços de publicidade legal e de outros serviços de comunicação.

NOTA 06 – Adiantamentos Concedidos

6.1 – A Pessoal – o acréscimo de 1.102,44% encontra representatividade no pagamento de 50% do 13º salário, exercício de 2016, amparado na Cláusula Sexta do Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016, que disciplina: “A EBC adiantará a todos empregados 50% (cinquenta por cento) do 13º salário na folha de fevereiro de 2016,”

6.2 – Para Suprimento de Fundos – adiantamentos de suprimento de fundos são concedidos para custear despesas que, pela excepcionalidade, não possam subordinar-se ao processo normal de compras. Esses recursos destinam-se, entre outros, às coberturas jornalísticas nacionais e internacionais.

6.3 – Transferências Voluntárias - referem-se a convênios firmados com entidades privadas sem fins lucrativos, com a finalidade de fomentar a produção de conteúdos educativos, culturais, artísticos e informativos. Os valores são baixados mediante a apresentação da prestação de contas devidamente aprovada pela autoridade competente. Até este trimestre houve baixa contábil de R\$ 425.622,00 referentes à prestação de contas dos convênios firmados com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tabatinga, R\$ 44.590,00, e com a Fundação Israel Pinheiro, R\$ 381.032,00.

6.4 – A Fornecedores – trata-se de valores pagos pelo direito de transmissão radiofônica, sem exclusividade, dos Jogos Olímpicos Rio 2016 e de transmissão em TV aberta, sem exclusividade, dos Jogos Paralímpicos Rio 2016. A baixa contábil desse valor encontra-se em fase de análise.

NOTA 07 – Outros Créditos a Receber

Compõem-se dos seguintes valores: R\$ 63.258,99 – débitos de terceiros, em decorrência de prejuízos causados à empresa, e que se encontra em cobrança judicial; R\$ 103.465,92 - ressarcimento de despesas com pessoal cedido da EBC para outros órgãos; R\$ 47.489,74 - multa de 50% sobre o saldo de FGTS cujas

rescisões de contrato de trabalho foram canceladas; R\$ 71.244,33 - saldos negativos de rescisões de contratos de trabalho; R\$ 786,33- débitos atribuídos a empregados.

NOTA 08 – Despesas Antecipadas

São pagamentos de despesas que contribuem para a formação de resultados em mais de um período e são reconhecidas no período de competência.

NOTA 09 – Empréstimos e Financiamentos – Curto Prazo

O valor de R\$ 8.045,52, refere-se a parcelas vincendas até o final do próximo exercício, decorrente da venda de imóveis, conforme consta na Nota 10.1.

NOTA 10 – Créditos Realizáveis a Longo Prazo

10.1 – Empréstimos e Financiamentos

O valor de R\$ 1.281.093,73 representa os contratos de alienação de imóveis funcionais, em cumprimento a Lei nº 8.025/90, regulamentada pelo Decreto nº 99.266/90, e a venda de imóveis comerciais ocorridas no exercício de 2003. Os contratos são administrados pela Caixa Econômica Federal.

10.2 – Depósitos para Interposição de Recursos - trata-se de depósitos realizados para proporcionar à empresa o direito de recorrer de decisões judiciais. O acréscimo verificado no período comparativo origina-se de novos depósitos realizados.

10.3 – Créditos em Liquidação – refere-se a “devedores por aquisição de bens” que são pessoas jurídicas de direito público interno que adquiriram, em certame licitatório, emissoras de rádio incluídas no plano de desmobilização implementado em 1989. Esses créditos estão sendo cobrados judicialmente.

10.4 – Créditos Diversos a Receber a Longo Prazo – essa rubrica compõe-se dos seguintes valores:

10.4.1 – R\$ 83.270,85 referentes à venda de Participações Societárias Minoritárias, efetuadas pelo BNDES, em cumprimento do Decreto nº 1068/94, que trata do Programa Nacional de Desestatização. Pela alienação foram recebidas Notas do Tesouro Nacional, série “P”, resgatáveis em 15 anos, que se encontram sob a custódia do Banco do Brasil S/A.

10.4.2 – R\$ 113.517,34 corresponde a títulos de clientes que se encontram em cobrança judicial, e,

10.4.3 – R\$ 21.342,12 refere-se a débito de ex-empregado, que se vincula à cobrança de saldo negativo de rescisão de contrato de trabalho, em cobrança judicial.

NOTA 11 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar

11.1 – Salários, Remunerações e Benefícios - registra as obrigações decorrentes da folha de pagamentos. O saldo apontado deverá ser pago no mês subsequente.

11.2 – Encargos Sociais a Recolher – refere-se a encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamentos, que devem ser recolhidos até a data do respectivo vencimento.

NOTA 12 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

São valores devidos aos fornecedores de bens e serviços. A redução de 29,16% encontra representatividade no pagamento de obrigações contratuais vencidas no exercício anterior.

Nesta Rubrica consta o valor de R\$ 7.000.000,00 que corresponde a obrigações decorrentes do Contrato de Gestão nº 17/2009, vigente até 31/12/2013. O pagamento desse valor aguarda o saneamento de pendências decorrentes do encerramento do referido contrato, conforme consta da Nota 25.

NOTA 13 – Obrigações Tributárias

Refere-se a despesas com tributos, destacando-se entre estes a Cofins, o Pasep e o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS, que serão recolhidos nos respectivos vencimentos.

NOTA 14 – Provisões

Provisões constituídas para riscos trabalhistas, riscos cíveis, férias e 13º salário, como segue:

14.1 – As despesas com a provisão para riscos trabalhistas, consideradas prováveis, somam até 31/08/2016 o valor de R\$ 29.442.250,04, e, representam as ações em fase de execução. Aquelas classificadas a título de perdas possíveis, como se verifica no Memorando nº 0822/2016/GECONT/PROJU/EBC, atingem o valor de R\$ 56.553.289,56. Seguindo-se a orientação dada pelo Pronunciamento Contábil CPC 25 este valor não deve ser contabilizado, apenas divulgado em nota explicativa.

14.2 – Provisão para Riscos Cíveis – as ações cíveis, classificadas como perda provável, totalizam em 31/05/2016 o valor de R\$ 14.280.733,60, e, aquelas consideradas como perdas possíveis somam R\$ 20.537.496,53, conforme consta do Memorando nº 0822/2016/GECONT/PROJU/EBC.

14.3 – Provisão para Férias – a provisão para férias e encargos sociais soma até o terceiro trimestre o valor de R\$ 31.761.963,42.

14.4 – Provisão para 13º Salário – totaliza até o terceiro trimestre o valor de R\$ 11.598.567,67.

NOTA 15 – Dividendos

Refere-se ao dividendo obrigatório apurado com base no lucro líquido ajustado de 2014. No Diário Oficial da União, de 24/12/2015, foi publicado crédito suplementar em favor da Empresa, no valor de R\$ 40.940.000,00, entretanto não houve a liberação de quotas dos limites orçamentário e financeiro, motivo pelo qual a EBC não realizou o pagamento dos dividendos em 2015. No exercício em curso a empresa protocolou no Sistema de Planejamento e Orçamento – SIOP o pedido de Crédito Suplementar nº 53.130, com vistas à quitação desse débito, entretanto não logrou êxito pois o pedido foi devolvido pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF. Nova solicitação de crédito será encaminhada pela Empresa possivelmente no próximo mês de novembro.

NOTA 16 – Consignações

São valores que se consignam à empresa, por meio de descontos em sua folha de pagamentos e das retenções tributárias legalmente disciplinadas (desconto de empréstimos pessoais, INSS, imposto de renda, previdência privada e outros semelhantes). Os valores são pagos até as datas dos respectivos vencimentos.

NOTA 17 – Depósitos para Veículos dos Serviços de Publicidade Legal e Outros

Constitui-se, de modo relevante, dos valores a serem repassados aos veículos de comunicação que executam os serviços de publicidade legal, devidos pela EBC em função da sua condição de agência de publicidade. O acréscimo/diminuição dessa rubrica vincula-se ao fluxo de pagamento no período, por parte dos clientes.

NOTA 18 – Outras Obrigações a Curto Prazo

Destacam-se nessa rubrica o ressarcimento de despesas contratuais custeadas por terceiros e de responsabilidade da Empresa, R\$ 291.781,18, rescisão de contrato de trabalho, R\$ 52.210,09, créditos disponibilizados para o Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, R\$ 95.183,15, e outros semelhantes que somam R\$ 2.128,60.

NOTA 19 – Repasses Recebidos Diferidos

O saldo apresentado em 31.12.15 refere-se ao diferimento de repasses financeiros recebidos da Fonte Tesouro, para os quais não houve execução e/ou

autorização orçamentária no exercício de 2015. Destacam-se nesta rubrica os valores da Fonte 0172 – Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, R\$ 595.478.730,85, destinados somente a aplicações financeiras, na forma citada na Nota 04. No exercício corrente o mencionado saldo foi baixado e transferido para receita a título de Repasse Diferido.

NOTA 20 – Plano de Aposentadorias e Pensões

A EBC deu continuidade ao Plano de Aposentadorias e Pensões originário da incorporada RADIOBRÁS, RADIOBRASPREV, atualmente intitulado EBC PREV. O Plano de Benefícios e Custeio assegura aos seus participantes e dependentes benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Oficial Básica.

A gestão financeira dos recursos do fundo cabe à BB Previdência Fundo de Pensão Banco do Brasil, a quem compete também promover o controle de contribuições, concessão, manutenção, cancelamento e pagamento dos benefícios.

Pelos serviços prestados, são devidas as seguintes taxas à BB Previdência:

- Administração do Ativo: 0,5% ao ano sobre o saldo diário do fundo, mensalmente levado a débito do patrimônio;
- Administração do Passivo: 2,0% sobre o valor das contribuições mensais e esporádicas vertidas pela patrocinadora e pelos participantes;
- Excedente Financeiro: 15% sobre os ganhos decorrentes de aplicação dos recursos garantidores das reservas técnicas que ultrapassarem a variação da TR, acrescida da taxa de 6% ao ano.

As contribuições efetuadas pela patrocinadora e pelos participantes, no período de janeiro a setembro/2016, foram:

	Em R\$ 1,00	
RUBRICA	30/09/2016	30/09/2015
Contribuições dos Participantes	5.849.193,50	5.021.358,75
Contribuições da Patrocinadora	4.444.914,87	4.486.355,07

Os valores pagos à BB Previdência registrados na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE restringem-se às Contribuições da Patrocinadora. Estas, como se verificam, estão detalhadas em parte na rubrica “Outras Receitas/Despesas Operacionais”, como “Previdência Complementar” (R\$ 2.321.588,48) e parte compoendo a rubrica “Custo dos Serviços Prestados” (R\$ 2.123.326,39), conforme especificado na Nota 32.

NOTA 21 – Bens para Futuro Aumento de Capital

A EBC recebeu bens da União, na forma que determinam os §§ 3º e 4º do art. 26 da Lei nº 11652, de 2008, e destinou-os a aumento do Capital Social, conforme consta do Processo/EBC nº 2500/2010. Aguardava-se a publicação do Decreto Autorizativo, exigido pela Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN, para o efetivo aumento do Capital Social. Todavia, recente análise procedida nos valores dos bens a serem incorporados apontou lapso na forma de avaliação adotada à época, que não contemplou o valor de mercado que deveria ser atribuído a esse ativo em função de sua capacidade produtiva, fato que implica em provável reclassificação contábil dessa incorporação. Assim, com vistas à regular classificação dos bens, a Empresa encaminhou o Ofício nº 249/2015/DIPRE à SECOM/PR, onde solicita que se verifique a possibilidade de cancelamento das minutas do Decreto Autorizativo e da Exposição de Motivos que tratam desse aumento do capital social. No próximo mês de outubro a empresa deliberará sobre a reclassificação contábil desse valor.

NOTA 22 – Transferências do Tesouro Nacional

22.1. A Empresa recebeu, até 30/09/2016, a título de subvenção econômica, transferências financeiras no total de R\$ 417.982.871,44 que somados aos recursos diferidos, R\$ 596.228.453,85, totalizam receitas no montante de R\$ 1.014.211.325,29, da seguinte forma:

22.1.1. Repasses Recebidos – esses recursos somam no período, excluindo-se a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, R\$ 271.825.199,52 e foram transferidos sob as seguintes classificações: Pessoal - R\$ 203.626.662,40; Custeio – R\$ 67.607.459,14; e Investimentos – R\$ 591.077,98.

22.1.2. Dentre os valores informados no item 22.1.1 encontram-se cifras que foram transferidas para a EBC, por meio de TED – Termo de Execução Descentralizada, feitas pelos seguintes órgãos: SEPIR, R\$ 240.000,00; ANCINE – R\$ 3.096.111,11; Fundação Osvaldo Cruz – R\$ 295.742,32; e FNDE – R\$ 295.335,66, destinadas à produção de conteúdos audiovisuais.

22.2. Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública – CFRP - até o terceiro trimestre foi repassado à EBC o valor de R\$ 146.157.671,92, classificados como Custeio. Desse valor, apenas R\$ 89.651.000,00 foram disponibilizados para o pagamento de obrigações vinculadas à essa Fonte de Recursos. O saldo de R\$ 56.506.671,92 encontra-se em aplicação financeira, na forma citada no item 4.1.2.1 da Nota 4, até que seja liberado mediante autorização orçamentária.

22.3. Os Repasses Diferidos, R\$ 596.228.453,85, serão disponibilizados mediante autorização e/ou realização do Orçamento fixado na LOA – Lei Orçamentária Anual ou em outros instrumentos afins. Estes recursos originam-se de Subvenções Econômicas, sendo R\$ 749.723,00 provenientes de Repasses Recebidos, e, R\$ 595.478.730,85 da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública.

NOTA 23 – Patrimônio Líquido

23.1 – Capital Social

O Capital Social Integralizado é de R\$ 300.000.000,00, dividido em 200.000 (duzentas mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pertencente exclusivamente à União e compõe-se da dotação inicial autorizada pelo Decreto nº 6.246, de 24/10/2007, no montante de R\$ 20.000.000,00, acrescido do lucro de 2007, no valor de R\$ 79.636,14, do lucro de 2008, no valor de R\$ 490.314,56, do lucro de 2009 no valor de R\$ 109.025.131,72, de parte do lucro de 2010 no valor de R\$ 23.140.791,74, de R\$ 47.264.125,84, proveniente da incorporação do Patrimônio Líquido da Empresa Brasileira de Comunicação S/A – RADIOBRÁS, e, da incorporação da Reserva de Incentivos Fiscais, no valor de R\$ 100.000.000,00, conforme consta da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 27/04/2015.

23.2 – Resultado do Período

O lucro apurado até o terceiro trimestre/2016, R\$ 699.197.379,42, encontra-se impactado pelo valor dos recursos que serão diferidos no término do exercício em curso que, até setembro/2016 somam R\$ 647.622.411,52, conforme consta do Balancete do mesmo período, e, originam-se de repasses financeiros da CFRP, os quais foram transferidos somente para fins de aplicação financeira, conforme consta da Nota 4.1.2.1.

Do primeiro ao terceiro trimestre do exercício social o Resultado Contábil apurado, lucro ou prejuízo, não se reveste das rotinas de encerramento do exercício executadas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. Os valores referentes ao Patrimônio Líquido (lucro/prejuízo e reservas) apontados nesses períodos são de caráter estimativo e transitório. Dessa forma, estima-se que possível resultado contábil (lucro ou prejuízo), em 30/09/2016, considerando-se apenas a variável do diferimento do valor acima, R\$ 647.622.411,52, seria um lucro em torno de R\$ 51.575 mil.

Outras variáveis que são determinantes na apuração do resultado do exercício, entre elas, total das despesas liquidadas em 2016, inscrição em Restos a Pagar Não Processados, tributos incidentes sobre o lucro e o exato valor dos recursos diferidos, só serão conhecidos após a execução das rotinas de encerramento do exercício no SIAFI.

23.3 – Destinação do lucro líquido

Considerando-se que o lucro evidenciado é de caráter transitório, cabe esclarecer que, do valor do Resultado do Período apresentado no Balanço, no Patrimônio Líquido, R\$ 699.197.379,42, excluindo-se o valor dos recursos diferidos, R\$ 647.622.411,52, resta o saldo de R\$ 51.574.967,90 que, possivelmente, seria o valor do lucro estimado até o 3º trimestre/2016.

Com vistas a informações gerenciais cita-se que a proposta de destinação do lucro líquido estimado, R\$ 51.574.967,90, seria realizada com obediência às normas legais e estatutárias, da seguinte forma:

23.3.1 – Reserva Legal - R\$ 2.578.748,40 – a constituição dessa Reserva resulta da aplicação de 5% sobre o valor do lucro líquido, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/1976.

23.3.2 - Reserva de Incentivos Fiscais - R\$ 11.516.588,29 - origina-se das subvenções governamentais realizadas a título de investimentos, segundo o que rege o art. 195-A da Lei nº 6.604/1976.

23.3.3 – Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio – sobre o lucro estimado ajustado a empresa pagaria dividendos/juros sobre capital próprio no valor de R\$ 9.369.907,80.

23.3.4 – Reserva de Retenção de Lucros – o saldo de R\$ 28.109.723,41 ficaria a critério da assembleia geral, e, a exemplos de exercícios anteriores seria destinado para essa Reserva.

NOTA 24 – Imposto de Renda e Contribuição Social

Adotou-se a escrituração mensal do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR para efeito de redução/suspensão das antecipações mensais obrigatórias do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro.

O lucro, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, apurados até o 3º trimestre de 2016, são de caráter transitório, pois, não resultam das rotinas que são próprias ao encerramento de exercícios financeiros no SIAFI.

Conforme cita a Nota Explicativa 23.2, o lucro de R\$ 699.197.379,42 está impactado pelo valor de R\$ 647.622.411,52, advindo da receita originária da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, que se destina apenas à aplicação financeira.

Caso a empresa encerrasse o seu exercício social nesta data, com base nas rotinas vigentes no SIAFI, o referido valor de R\$ 647.622.411,52, seria diferido para o exercício seguinte, deixando de integrar as receitas de 2016. Assim, o lucro do período aproximar-se-ia de R\$ 51.575 mil. Entretanto, os tributos devem ser apurados de acordo com o lucro apontado no Balanço Patrimonial.

Devido ao resultado acumulado até o 3º trimestre, R\$ 699.197.379,42, após as adições e exclusões permitidas, apurou-se um Lucro Real de R\$ 600.599.537,56 e Base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL de R\$ 637.843.870,55, gerando valores a recolher de: R\$ 150.131.884,39 de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e R\$ 57.405.948,35 de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL. Após as compensações com a antecipação por estimativa e as retenções na fonte por órgãos públicos, apurou-se IRPJ e CSLL a recolher de R\$ 146.044.442,59 e R\$ 49.044.049,68, respectivamente, conforme demonstrado abaixo:

Em R\$ 1,00

Exercício	IRPJ		CSLL	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Lucro Líquido antes da CSLL/IRPJ	699.197.379,42	610.761.746,84	699.197.379,42	610.761.746,84
Total das Adições	4.163.851,46	7.922.118,54	4.163.851,46	7.922.118,54
Total das Exclusões	(15.583.150,50)	(18.429.038,36)	(14.192.714,13)	(18.225.107,77)
Base de Cálculo antes da Compensação	687.778.080,38	600.254.827,02	689.168.516,75	600.458.757,61
Compensações 30%: Prejuízo Fiscal/Base Negativa	(87.178.542,82)	(35.042.000,74)	(51.324.646,20)	-
Lucro Real / CSSL Real	600.599.537,56	565.212.826,28	637.843.870,55	600.458.757,61
IRPJ/CSLL Devidos	150.131.884,39	141.285.206,57	57.405.948,35	54.041.288,18
(-)IRPJ/CSLL Retidos/Antecipações/Incentivos Fiscais	(4.087.441,80)	(7.872.355,84)	(8.361.898,67)	(7.405.722,68)
IRPJ / CSLL a Recolher	146.044.442,59	133.412.850,72	49.044.049,68	46.635.565,50

Fonte: Livro de Apuração do Lucro Real – Gerência de Controladoria / Coordenação de Tributos

Destacam-se entre as exclusões previstas pela legislação do IRPJ e da CSLL as Subvenções para Investimentos, R\$ 11.516.588,29 e o Ressarcimento da Propaganda Eleitoral Gratuita de R\$ 1.385.236,60.

O crescimento das despesas com o IRPJ e a CSLL deve-se ao lucro apurado no período, justificado de forma relevante pelo ingresso de receitas originárias da Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública e dos rendimentos decorrentes de aplicações financeiras. Diferindo-se as receitas que se destinam somente à aplicação financeira, R\$ 647.622.411,52, o lucro do período seria de aproximadamente R\$ 51.575 mil, resultando em IRPJ Devido, R\$ 2.981.805,87, e CSLL Negativa no valor de R\$ 5.744.492,02.

Outro tributo que teve crescimento no período comparativo, 28,17%, foi a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, motivado pela publicação do Decreto nº 8.426 de 2015, que restabeleceu a incidência do tributo sobre as receitas financeiras auferidas pela pessoa jurídica, a partir de 01 de julho de 2015.

NOTA 25 – Incorporação de Bens – Contrato de Gestão

Em cumprimento ao que determina o Art. 26 da Lei nº 11.652, de 2008, a empresa encerrou em 31/12/2013 o Contrato de Gestão nº 17/2009 mantido com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP, que se destinava ao fomento e à execução de atividades de produção e transmissão de conteúdos de radiodifusão educativa, cultural e informativa, de pesquisa, capacitação, planejamento e desenvolvimento tecnológico no âmbito público e privado, com vistas à gestão de aperfeiçoamento do sistema público de comunicação.

Os Parágrafos 3º e 4º do art. 26 da Lei nº 11.652/2008 citam que: Parágrafo 3º - Reverterão à EBC os bens permitidos, cedidos ou transferidos para a Acerp pela União para os fins do cumprimento do contrato de gestão referido no caput deste artigo. Parágrafo 4º - Em decorrência do disposto neste artigo, serão incorporados ao patrimônio da União e transferidos para a EBC o patrimônio, os legados e as doações destinados à Acerp sujeitos ao disposto na alínea i do inciso I do caput do art. 2º da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.

Em função do que disciplina o Parágrafo 3º acima citado, nos exercícios de 2014 e 2015, a empresa contabilizou a incorporação de bens no valor de R\$

9.076.302,27, da seguinte forma: na Rubrica Adiantamento para Futuro Aumento de Capital R\$ 1.212.933,02, conforme consta da Nota 21, e na Rubrica Bens Móveis a Classificar R\$ 7.863.369,25.

Os bens registrados na Conta Bens Móveis a Classificar referem-se a bens considerados, em laudo de avaliação objeto do Processo/EBC nº 2500/2010, como inservíveis e/ou de consumo, entretanto os órgãos de controle recomendaram o registro dos bens no ativo imobilizado, até que sejam avaliados e tenham destino certo. Para avaliação e destinação dos bens a empresa constituiu comissões de empregados, emitindo para tanto, em janeiro/2015, as Portarias-Presidente nºs 004, 005 e 006. Os trabalhos desenvolvidos por essas comissões encontram-se em fase de andamento.

As transferências legisladas no Parágrafo 4º supramencionado não foram cumpridas. Com vistas à solução dessa pendência a EBC ingressou com as seguintes ações judiciais em desfavor da ACERP:

a) processo n.º **43125-13.2015.4.01.3400** em trâmite na 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que tem por objeto a incorporação ao patrimônio da União e transferência à EBC dos saldos, recursos e excedentes financeiros havidos em função da aplicação de recursos públicos originários do Contrato de Gestão n.º 17/2009, inclusive os advindos de outros contratos firmados com fundamento no referido Contrato de Gestão, bem como aqueles decorrentes de reconhecimento judicial da imunidade de tributos da Organização Social. Essa ação foi ajuizada pela EBC em 29/07/2015 atribuindo-se valor à causa de R\$ 92.082.920,23 (noventa e dois milhões, oitenta e dois mil, novecentos e vinte reais e vinte e três centavos).

b) processo n.º **0079815-18.2016.4.02.5101** em trâmite na 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que tem por objeto a obrigatoriedade de transcrição da titularidade à EBC do bem imóvel registrado sob a matrícula nº 20342 no Cartório do 2º Ofício da Capital do Rio de Janeiro situado no Rio de Janeiro/RJ no prédio da Rua da Relação nº 18 (térreo – parcial; sobreloja – parcial; 2º pavimento; 3º pavimento; 5º pavimento; 6º pavimento; 8º pavimento; 11º pavimento; 12º pavimento e terraço – parcial), e prédio da Rua do Lavradio nº 80 (térreo – parcial; sobreloja - parcial; 2º pavimento; 3º pavimento; 4º pavimento; 5º pavimento; 6º pavimento; 7º pavimento; 8º pavimento; 9º pavimento e 10º pavimento). Essa ação foi ajuizada em 15/06/2016 e o valor atribuído à causa foi de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), para fins de alçada, estando ainda na fase de conhecimento, não sentenciada. Esses imóveis foram adquiridos pelo valor total de R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais), conforme se verifica no Termo de Compromisso de Compra e Venda.

NOTA 26 – Despesas Gerais e Administrativas

26.1 – Pessoal

Em R\$ 1,00

Rubrica	30/09/2016			30/09/2015		
	Despesa Total	Custo dos Serv.Prestados CSP	Despesa Após CSP	Despesa Total	Custo dos Serv.Prestados CSP	Despesa Após CSP
Pessoal	316.482.204,28	(96.548.002,34)	219.934.201,94	271.639.556,92	(86.490.807,38)	185.148.749,54
Salários e Ordenados	199.301.745,13	(63.539.872,40)	135.761.872,73	169.064.253,78	(56.835.203,15)	112.229.050,63
Benefícios Sociais	42.887.554,47	(11.011.782,18)	31.875.772,29	34.512.943,52	(9.754.573,53)	24.758.369,99
Previdência Complementar	4.444.914,87	(2.123.326,39)	2.321.588,48	4.486.355,07	(1.875.495,59)	2.610.859,48
Encargos Sociais	57.498.430,02	(19.873.021,37)	37.625.408,65	53.445.053,09	(18.025.535,11)	35.419.517,98
Indenizações Trabalhistas	12.349.559,79	-	12.349.559,79	10.130.951,46	-	10.130.951,46

As despesas com pessoal somaram até 3º trimestre/2016 R\$ 316.482.204,28, sendo R\$ 96.548.002,34 evidenciados na rubrica “Custo dos Serviços Prestados”, conforme especificado na Nota 32, e R\$ 219.934.201,94 evidenciados na rubrica “Outras Receitas/Despesas Operacionais”, no item “Pessoal”. O somatório das despesas com pessoal (R\$ 316.482.204,28) abrange, para além das despesas efetivamente pagas no exercício, as provisões para férias e sentenças trabalhistas, uma vez que estas são contabilizadas no período em que são reconhecidas, ou seja, no seu período de competência. O pagamento de ações trabalhistas será realizado mediante sentença judicial.

O valor total das despesas compreendido no 3º trimestre/2016, R\$ 316.482.204,28, comparado com o mesmo período de 2015, R\$ 271.639.556,92, apresenta variação de 16,51%, que decorre de incrementos ocorridos, entre eles:

a) desligamento de significativo número de pessoal de livre provimento em função da mudança de governo, o que impactou na rubrica de Indenizações e Restituições Trabalhistas;

b) reajuste salarial promovido na folha de dezembro de 2015, retroativo a novembro de 2015, no total de 7%, incluindo a tabela de funções comissionadas, conforme determinado no Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016, firmado após ajuizamento de dissídio coletivo no Tribunal Superior do Trabalho - TST;

c) implementação, em dezembro de 2015, retroativa a outubro de 2015, da progressão salarial de uma referência para todos os empregados da Empresa que tivessem mais de um ano de exercício na EBC até o dia 01/10/2015, o que consumiu 1% do valor da folha de pagamento, conforme determina o inciso IV, Art. 1º da Resolução n. 009/CCE.

No que tange aos gastos com Benefícios Sociais, as justificativas apresentadas acima também são aplicáveis, além dos seguintes fatores:

– reajuste em 10,39% no auxílio-alimentação correspondente à variação da inflação do item alimentação e manutenção das cestas alimentação extras, conforme determinado no Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016, firmado após ajuizamento de dissídio coletivo no Tribunal Superior do Trabalho - TST;

– reajuste de 9,92%, correspondente à variação integral do IPCA no período sobre o auxílio deficiência e auxílio creche, conforme determinado no Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016, firmado após ajuizamento de dissídio coletivo no Tribunal Superior do Trabalho - TST.

26.2 – Serviços de Terceiros

Em R\$ 1,00

Rubrica	30/09/2016			30/09/2015		
	Despesa Total	Custo dos Serv.Prestados CSP	Despesa Após CSP	Despesa Total	Custo dos Serv.Prestados CSP	Despesa Após CSP
Serviços de Terceiros	113.700.979,11	(81.866.277,95)	31.834.701,16	114.315.139,89	(66.985.215,06)	47.329.924,83
Públicos	32.777.593,71	(27.494.776,05)	5.282.817,66	32.903.203,99	(23.367.528,59)	9.535.675,40
Transportes	5.994.382,29	(1.823.010,48)	4.171.371,81	5.186.038,13	(2.859.558,87)	2.326.479,26
Técnicos	29.297.213,10	(26.895.548,05)	2.401.665,05	24.873.205,43	(8.187.601,19)	16.685.604,24
Seguros	-	-	-	262.004,05	(94.987,49)	167.016,56
Conservação e Manutenção	19.638.903,71	(10.203.504,40)	9.435.399,31	17.236.028,34	(9.536.709,33)	7.699.319,01
Locação de Bens e Serviços	17.948.974,87	(9.623.206,95)	8.325.767,92	18.331.096,04	(9.681.768,31)	8.649.327,73
Gerais	8.043.911,43	(5.826.232,02)	2.217.679,41	15.523.563,91	(13.257.061,28)	2.266.502,63

Os Serviços de Terceiros totalizam no 3º trimestre de 2016 R\$ 113.700.979,11 e no mesmo período de 2015 R\$ 114.315.139,89. O decréscimo de 0,54% evidenciado nessa rubrica encontra representatividade no fluxo dos processos de liquidação das despesas. Tendo em vista as dificuldades financeiras pelas quais vem passando a EBC, no exercício em curso, a entrega de documentos fiscais, por parte dos fornecedores, não ocorreu dentro do tempo previsto, fato que impossibilitou a liquidação da despesa tempestivamente.

26.3 – Consumo de Materiais

Em R\$ 1,00

Rubrica	30/09/2016			30/09/2015		
	Despesa Total	Custo dos Serv.Prestados CSP	Despesa Após CSP	Despesa Total	Custo dos Serv.Prestados CSP	Despesa Após CSP
Consumo de Materiais	629.789,40	(352.972,64)	276.816,76	1.362.320,82	(630.235,30)	732.085,52

As despesas contabilizadas nesta rubrica totalizam no 3º trimestre de 2016 R\$ 629.789,40 que, deduzidos do custo dos serviços prestados, R\$ 352.972,64, resultam em R\$ 276.816,76, os quais se encontram evidenciados na DRE, na rubrica Outras Receitas/Despesas Operacionais, no item Consumo de Materiais. Em 2015 o total foi de R\$ 1.362.320,82 e foram atribuídos ao custo dos serviços prestados o valor de R\$ 630.235,30 resultando no saldo de R\$

732.085,52, que se encontra evidenciado na DRE na mesma rubrica e no mesmo item aqui citado.

A redução de 53,77% no consumo de materiais, no período comparativo, deve-se à seguinte situação: até o 3º trimestre de 2015 havia grande demanda de materiais represada em consequência da falta de estoque. Regularizado esse fato as requisições foram atendidas gerando valor elevado do consumo. No 3º trimestre de 2016 as requisições foram atendidas dentro da normalidade.

NOTA 27 – Receita dos Serviços

A queda de 14,39% verificada no faturamento dos Serviços de Publicidade Legal, no período comparativo, tem forte influência da redução dos pedidos de publicações.

O crescimento de 29,06% observado no faturamento dos Serviços de Comunicação vincula-se aos serviços originários do Contrato SECOM/PR.

NOTA 28 – Cancelamento de Receitas

Registra o cancelamento de notas fiscais emitidas com algum tipo de inconsistência nos dados da nota fiscal (descrição dos serviços, data, valor e outros semelhantes).

NOTA 29 – Outras Receitas Operacionais

Constitui-se de valores que se referem, entre outros, à recuperação de despesas para as quais não foi possível a anulação no próprio exercício, devolução do saldo de diárias concedidas, restituição de salários em função da concessão de auxílio doença, conforme Cláusula Vigésima-Sexta do Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016, e da cessão de empregados cedidos sem ônus para a EBC.

NOTA 30 – Multas

As multas originam-se de pagamentos decorrentes de infrações à legislação, destacando-se o valor de R\$ 192.578,66, referente à notificação do Ministério Público do Trabalho e Emprego, em função do não preenchimento de vagas destinadas a beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiências habilitadas.

NOTA 31 – Remuneração Paga a Empregados e Administradores

Os valores máximos, médios e mínimos da remuneração mensal, no 3º trimestre de 2016, paga pela EBC a seus empregados e administradores, calculada na forma disciplinada pela alínea “e” do Art. 1º da Resolução nº 3, de 31/12/2010, da

Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR/MPOG/MF, são as seguintes:

Em R\$ 1,00

Administradores	30/09/2016	30/09/2015
Maior Remuneração	29.572,70	28.164,47
Média Remuneração	27.354,75	26.052,13
Menor Remuneração	25.136,79	23.939,80
Empregados		
Maior Remuneração	32.239,25	28.551,77
Média Remuneração	6.413,26	5.705,38
Menor Remuneração	2.344,11	1.971,68

No final do 3º trimestre de 2016, o número de empregados totalizava 2.488, sendo 2.086 do quadro próprio, detalhados a seguir:

EMPREGADOS	30/09/2016	30/09/2015
Efetivos	2.086	2.178
Sem Função Comissionada	1.769	1.904
Com Função Comissionada - EBC	243	202
Cedidos para outros Órgãos.	74	72
Livre Provimento	127	172
Função EBC	120	164
Função FCC	7	8
Cedidos à EBC (oriundos de outros órgãos)	213	246
Cedidos à EBC com função comissionada – EBC	22	34
Cedidos à EBC com função comissionada - FCC	0	0
Cedidos à EBC sem função comissionada	17	22
Cedidos à EBC - RJU	174	190
Diretores	5	7
Inativos (licenciados, INSS, acidentados)	57	
TOTAL	2.488	2.406

Fonte: SENIOR/SIGEPE - Posição em jun/2016

NOTA 32 – Custo dos Serviços Prestados

No 3º semestre 2016 a apuração do Custo Total dos Serviços Prestados da EBC foi de R\$ 188 milhões, dos quais R\$ 96 milhões referem-se a custos de Pessoal (que abrange, dentre outras, despesas com Previdência Privada), R\$ 82 milhões de Serviços de Terceiros e R\$ 10 milhões de Outros Custos Gerais e Administrativos, conforme Quadro detalhado abaixo:

Em R\$ 1,00

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS PARA DRE		
	30/09/2016	30/09/2015
GERAIS E ADMINISTRATIVAS = (1) + (2) + (3)	188.396.110,28	164.873.913,00
(1) PESSOAL	96.548.002,34	86.490.807,38

+ Vencimentos e Vantagens Fixas	48.484.615,65	43.489.800,23
= Outras Despesas Variáveis	13.313.889,72	11.903.093,25
+ Prorrogação de Jornada	12.806.671,61	11.277.551,17
+ Horas Extras	507.218,11	625.542,08
= Encargos Sociais	19.873.021,37	18.025.535,11
+ FGTS	4.948.707,29	4.605.442,87
+ Previdência Social	13.456.122,34	12.102.898,75
+ Salário Educação	1.468.191,74	1.317.193,49
+ Previdência Privada	2.123.326,39	1.875.495,59
+ Decisões Judiciais	1.741.367,03	1.442.309,67
= Benefícios Sociais	11.011.782,18	9.754.573,53
+ Auxílio Refeição/Alimentação	5.419.182,42	4.945.110,62
+ Auxílio Transporte	229.182,25	175.096,88
+ Assistência Médica	4.647.767,20	3.998.535,92
+ Assistência Pré-escolar	715.650,31	635.830,11
(2) SERVIÇOS DE TERCEIROS	81.866.277,95	66.985.215,06
= Serviços Continuados	31.063.357,82	26.768.124,93
+ Água	369.645,39	370.105,37
+ Energia Elétrica	7.430.178,07	6.332.651,54
+ Condomínio	784.926,54	906.908,77
+ Aluguel de Veículos em Viagem	530.944,58	402.294,07
+ Passagem	1.009.256,73	1.992.693,21
+ Hospedagem	1.350.418,91	431.311,89
+ Telecomunicações	19.587.987,60	16.332.160,08
+ Contratos	50.802.920,12	40.217.090,12
(3) GERAIS E ADMINISTRATIVOS OUTROS	9.981.829,99	11.397.890,56
+ IMPOSTOS E TAXAS	846.124,03	199.546,75
+ DIÁRIAS	743.442,55	1.205.936,18
= CONSUMO DE MATERIAIS	352.972,64	630.235,30
+ Consumo Imediato (B)	11.841,30	173.434,47
+ Consumo Requisição (C)	341.131,34	456.800,83
+ DEPRECIÇÃO	8.039.290,77	9.362.172,33

(A) Os percentuais das linhas de PESSOAL, SERVIÇOS DE TERCEIROS e GERAIS E ADMINISTRATIVOS OUTROS demonstram a participação de cada um em relação ao total; (B) Consumo Imediato = Material indisponível no estoque (almoxarifado). Providencia-se a compra com distribuição direta para o solicitante. Geralmente trata-se de despesas emergenciais; (C) Consumo Requisição = Material disponível no estoque (Almoxarifado).

A metodologia de apuração de custos utilizada está considerando como custos de Pessoal: folha de pagamento, encargos sociais, previdência privada e benefícios sociais; para Materiais: matérias-primas aplicadas ou consumidas na produção; para Serviços de Terceiros: locação, água, luz, impostos, manutenção, viagens, telecomunicações e outros aplicados na produção; e para Depreciação: valores de depreciação dos equipamentos utilizados na produção.

O valor apurado trata-se de custos referentes ao que está sendo aplicado na produção dos produtos/serviços comercializados pela EBC.

*Luis Antonio Duarte Moreira Ferreira
Diretor de Finanças, Administração e
Pessoas*

*Adelma Zago Capanema
Contadora
CRC-DF 3181*